



Câmara Municipal de Peabiru

Estado do Paraná

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 12/09/2025	Proposição: Projeto de Lei nº 58/2025 – PPA 2026/2029
----------------------------	---

Vereador: João Carlos Santana

Emendas:

Aditiva	Modificativa	Substitutiva	Aglutinativa	Supressiva	Redação
X					

EMENDA ADITIVA I – PROJETO URBANO DE ARBORIZAÇÃO

O Vereador João Carlos Santana, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta a seguinte **EMENDA ADITIVA** ao Projeto de Lei nº 58/2025 – PPA 2026/2029:

Art. 1º – Fica aditado ao Art. 3º do Projeto de Lei nº 58/2025 o seguinte inciso XVIII:

“XVIII – Implantar e manter o projeto urbano de arborização, destinado ao plantio, manutenção e reposição de árvores em logradouros públicos, integrando ações de sustentabilidade, qualidade ambiental, sombreamento e paisagismo, em consonância com o Plano Diretor e com a Lei Orgânica do Município.”

Art. 2º – As demais disposições do Projeto de Lei permanecem inalteradas.

EMENDA ADITIVA II – PROGRAMA DE FOMENTO ÀS CALÇADAS ECOLÓGICAS

O Vereador João Carlos Santana, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta a seguinte **EMENDA ADITIVA** ao Projeto de Lei nº 58/2025 – PPA 2026/2029:

Art. 1º – Fica aditado ao Art. 3º do Projeto de Lei nº 58/2025 o seguinte inciso XIX:

“XIX – Instituir o Programa Municipal de Fomento às Calçadas Ecológicas, com vistas a estimular a implantação de passeios sustentáveis, permeáveis e acessíveis, por meio de políticas de subsídio, incentivo técnico e apoio aos munícipes que não dispõem de calçadas, garantindo acessibilidade universal e melhoria da drenagem urbana.”

Art. 2º – As demais disposições do Projeto de Lei permanecem inalteradas.



JUSTIFICATIVA

As presentes emendas aditivas têm por objetivo incluir no Plano Plurianual do Município de Peabiru (2026–2029) dois programas estruturantes: o **Projeto Urbano de Arborização** e o **Programa Municipal de Fomento às Calçadas Ecológicas**.

É inegável que o PPA, conforme previsto no art. 165, §1º da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento estratégico por excelência da Administração, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas a médio prazo. Sua função não é apenas organizar receitas e despesas, mas traçar os rumos do desenvolvimento municipal em consonância com os anseios da comunidade.

A ausência de previsão expressa de programas voltados à arborização e às calçadas sustentáveis representa uma lacuna que não pode subsistir, considerando a centralidade dessas ações na vida urbana contemporânea. Cabe ao Parlamento, dentro de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, corrigir essa omissão, introduzindo metas que já encontram respaldo na Lei Orgânica e nas legislações urbanísticas locais.

No tocante à **arborização urbana**, a necessidade é evidente. Árvores em logradouros públicos proporcionam sombreamento, reduzem a temperatura ambiente, melhoram a qualidade do ar, absorvem dióxido de carbono, controlam a poluição sonora e contribuem para o bem-estar físico e mental da população. São, portanto, elementos de saúde pública, sustentabilidade e paisagismo. Em Peabiru, que já enfrenta períodos de calor intenso, a arborização é medida urgente para garantir conforto térmico e proteção da população.

Além disso, o **Sistema Viário (LC nº 71/2019)** já previu a distância mínima entre árvores nos passeios e a necessidade de reposição obrigatória, apontando para a elaboração de um Plano de Arborização Urbana. A Lei Orgânica (art. 159) reforça esse dever. Logo, a inclusão no PPA não cria obrigação nova, mas confere densidade orçamentária e estratégica a algo já previsto em lei.

Quanto às **calçadas ecológicas**, trata-se de política inovadora, mas absolutamente necessária. Muitos imóveis do município ainda não possuem passeios adequados, o que compromete a acessibilidade e a mobilidade urbana. Ademais, calçadas impermeáveis contribuem para enchentes e alagamentos, problemas cada vez mais frequentes em cidades médias e pequenas.

As calçadas ecológicas, por serem permeáveis, permitem maior absorção da água da chuva, reduzem a pressão sobre o sistema de drenagem, evitam erosões e melhoram o microclima urbano. Quando aliadas à acessibilidade universal, cumprem papel social



Câmara Municipal de Peabiru

Estado do Paraná

fundamental: garantir o direito de ir e vir a pessoas com deficiência, idosos, crianças e cidadãos em geral, de forma segura e digna.

O **Código de Posturas (LC nº 74/2019)** já faculta ao Executivo exigir passeios ecológicos. O **Código de Obras (2005)** impõe aos proprietários a obrigação de manter calçadas em bom estado. A Lei Orgânica (art. 158, VI) assegura a construção e conservação de passeios acessíveis. O que falta, portanto, é a previsão orçamentária estratégica, a ser garantida por meio do PPA.

Do ponto de vista jurídico, as emendas respeitam todos os limites constitucionais e regimentais: não criam despesa obrigatória imediata, mas estabelecem metas e programas, cuja execução financeira dependerá da Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o art. 7º do Projeto de Lei nº 58/2025.

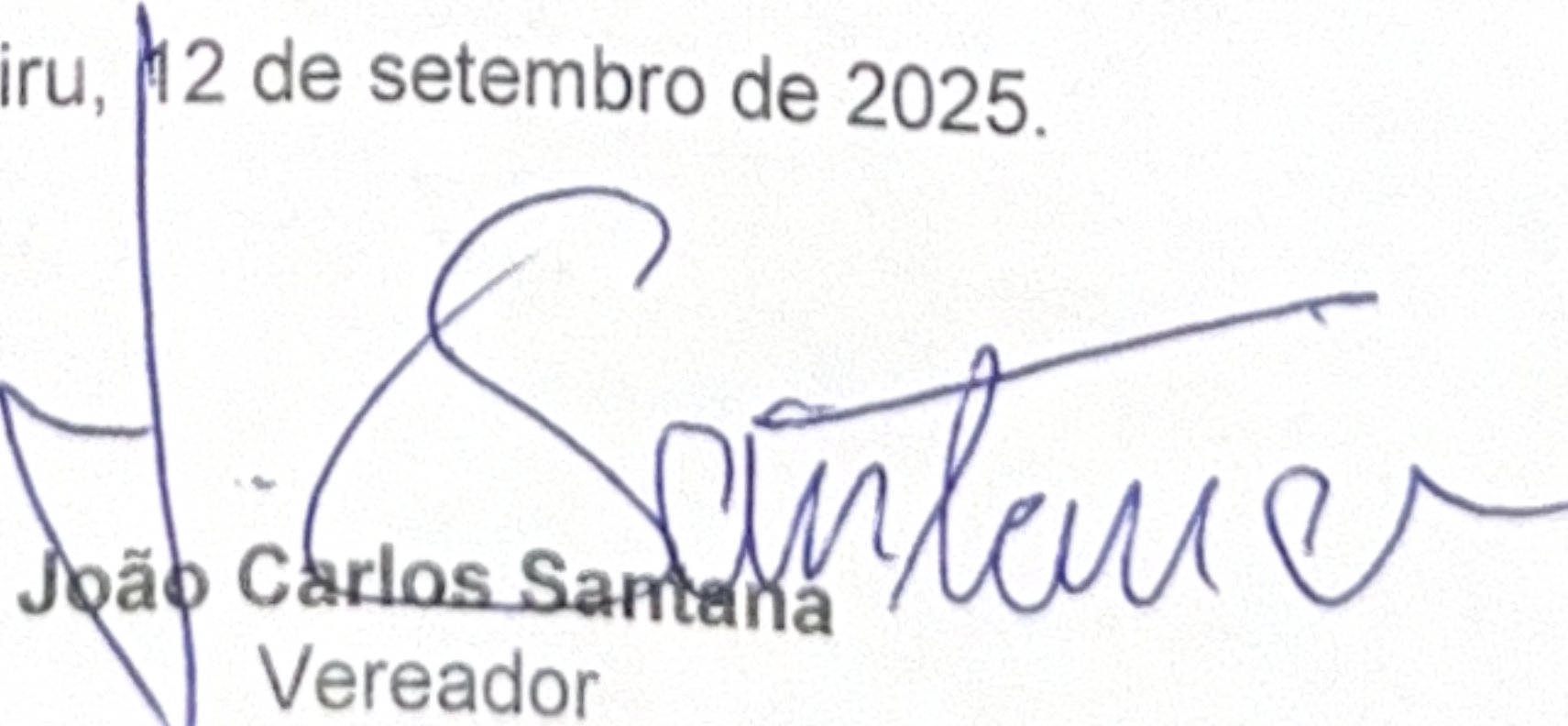
Do ponto de vista principiológico, as emendas concretizam a **sustentabilidade**, ao fomentar medidas preventivas contra o aquecimento urbano e enchentes; a **função social da cidade**, ao assegurar espaços mais saudáveis e acessíveis; e a **participação democrática**, pois traduzem demandas reais da população que anseia por qualidade de vida e modernização urbana.

Do ponto de vista social, a adesão da comunidade a essas propostas será imediata. Comerciantes, moradores e visitantes reconhecem a importância de ruas arborizadas e calçadas acessíveis, que valorizam imóveis, embelezam a cidade, aumentam a circulação de pedestres e fomentam o comércio local.

Por fim, é importante destacar que a legitimidade do vereador em apresentar tais emendas encontra respaldo direto no art. 5º, parágrafo único, e no art. 8º do PPA proposto, que preveem a criação de novas metas físicas e novos programas mediante autorização legislativa.

Assim, as emendas apresentadas são **juridicamente válidas, ambientalmente necessárias, urbanisticamente adequadas e socialmente urgentes**, merecendo aprovação por este Parlamento, em nome do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da qualidade de vida da população de Peabiru.

Peabiru, 12 de setembro de 2025.


João Carlos Santana
Vereador